

1 **ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DAS BACIAS DO ALTO**
2 **IGUAÇU E AFLUENTES DO ALTO RIBEIRA**

3 **OBJETO:** Abertura, posse de novos membros, aprovação da ata da 16ª
4 Reunião Ordinária, apresentação do Manual de Orientação de Aplicação
5 dos Recursos da Cobrança pelo Direito de Uso de Recursos Hídricos
6 (Resolução Nº 94/2015 - CERH/PR), apresentação e deliberação do
7 Edital de Seleção de Propostas e Critérios de Hierarquização,
8 apresentação da Fundação Boticário sobre suas ações na área de
9 recursos hídricos, apresentação pela SANEPAR do andamento das
10 ações previstas no Plano de Efetivação do Enquadramento, informes
11 sobre os recursos da cobrança pelo direito de uso dos recursos hídricos,
12 Assuntos Gerais e Encerramento.

13 Aos vinte e um dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis, às 14:00
14 horas, na Sala das Araucárias do LACTEC, realizou-se a 17ª Reunião
15 Ordinária do Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira. A
16 Sra. Ingrid Illich Muller, Presidente do COALIAR, procedeu a leitura da pauta e
17 não havendo solicitação de alteração da mesma, passou ao 2º item da pauta
18 que tratava da posse dos novos membros. A Sra. Presidente solicitou que a
19 medida em que fossem sendo nominados, os membros se identificassem,
20 considerando-se assim empossados. Foram empossados como membros
21 titulares: JOSÉ LUIZ SCROCCARO da SEMA em substituição a GIL
22 FERNANDO POLIDORO, AMIM JOSÉ HANNOUCHE do AGUASPARANÁ em
23 substituição a EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA, CELSO JOSÉ DE
24 ARRUDA da Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais em substituição a
25 ADALBERTO GASTÃO VOSGERAU, RITA DE CASSIA GORNY BECKER da
26 SANEPAR em substituição a EDUARDO SABINO PEGORINI, MARISA SUELI
27 SCUSSIATO CAPRIGLIONI da SANEPAR em substituição a CARLOS
28 EDUARDO PIERIN, FERNANDO BUNN da P. M. de Quatro Barras em
29 substituição a POLIANA PEDERIVA, THABATA MACHADO da FEMSA em
30 substituição a HUMBERTO ELIAS SPRENGER e JOÃO LUIZ SIMIÃO da
31 CAT-Iraí em substituição a PATRÍCIA CHEROBIM. Como membros suplentes
32 foram empossados: MAURI CESAR BARBOSA PEREIRA da SEMA em
33 substituição a MÁRCIA CRISTINA LIMA POLIDORO, EVERTON LUIZ DA
34 COSTA SOUZA do AGUASPARANÁ em substituição a ENÉAS SOUZA
35 MACHADO, PAULO JOSÉ BUENO BRANDÃO da COMEC em substituição a
36 RAUL CLEMENTE PECCIOLI FILHO, EDUARDO SABINO PEGORINI da
37 SANEPAR em substituição a RITA DE CASSIA GORNY BECKER, EDGARD
38 FAUST FILHO da SANEPAR em substituição a MARISA SUELI SCUSSIATO
39 CAPRIGLIONI e WERNER HERMANN MEYER JR. da FAEP em substituição a
40 CARLA BECK. Em seguida a Sra. Presidente passou ao 3º item de pauta que
41 tratava da aprovação da ata da 16ª Reunião Ordinária sendo que a mesma foi
42 aprovada com alterações de forma sugeridas pela Sra. Presidente. Em seguida
43 a Sra. Presidente passou ao 4º item da pauta convidando a Eng. Olga Polatti
44 para fazer a apresentação sobre o Manual de Orientação de Aplicação dos
45 Recursos da Cobrança pelo Direito de Uso de Recursos Hídricos aprovado
46 pelo CERH/PR que trata das diretrizes para aplicação dos recursos da
47 cobrança, sendo que a apresentação se encontra anexa a esta ata. A Sra.
48 Presidente agradeceu a Sra. Olga Polatti pela apresentação e passou para a
49 seção de perguntas. O Sr. RAFAEL REIS da FIEP perguntou se foi

50 estabelecida a taxa de juros para o caso de uma instituição privada obter
51 financiamento com reembolso, ao que o Sr. ENEAS MACHADO do
52 AGUASPARANÁ respondeu que estavam sendo realizadas negociações junto
53 à CEF e ao BRDE para definição de qual banco seria o agente técnico-
54 financeiro e então definir as taxas que seriam cobradas. O Sr. CELSO
55 ARRUDA da Prefeitura de São José dos Pinhais perguntou se não seria
56 possível apresentar o projeto estrutural e não estrutural para uma mesma obra
57 e a Sra. OLGA POLATTI do AGUASPARANÁ explicou que não seria possível
58 em um mesmo edital ao que o Sr. CELSO ARRUDA da Prefeitura de São José
59 dos Pinhais comentou que seria interessante então solicitar o recurso da
60 cobrança para realização do projeto de uma obra e utilizar recursos de outra
61 fonte para a parte não estrutural. O Sr. ENEAS MACHADO do
62 AGUASPARANÁ explicou que poderia ser avaliado pelo Comitê no caso em
63 que o projeto e a obras estivessem indissociáveis, posição reforçada pela Sra.
64 Presidente. O Sr. VALTER FANINI do SENGE/PR perguntou se os critérios de
65 enquadramento, avaliação e de hierarquização dos projetos constavam do
66 manual ou seriam ainda objeto de análise, quem seria o responsável pela
67 análise e quem homologaria a avaliação. A Sra. OLGA POLATTI do
68 AGUASPARANÁ respondeu que o Sr. Enéas Souza Machado iria apresentar
69 os critérios de hierarquização já discutidos e aprovados na Câmara Técnica e
70 algumas destas questões seriam explicadas. Com relação ao responsável pela
71 análise e hierarquização das propostas, foi explicado que o AGUASPARANÁ
72 fará uma pré-hierarquização, que será discutida na Câmara Técnica de
73 Acompanhamento do Plano, junto com a Câmara Técnica de Cobrança, que
74 será submetida à plenária do Comitê, ou seja, a palavra final será do Comitê. A
75 Sra. RITA BECKER da SANEPAR perguntou como seria classificado um
76 projeto apresentado através de uma parceria entre a SANEPAR e uma
77 prefeitura ao que a Sra. OLGA POLATTI do AGUASPARANÁ respondeu que
78 nesse caso a SANEPAR entraria com a proposta e o município seria o órgão
79 interveniente, o órgão que daria o aval para a SANEPAR executar a ação. Em
80 seguida a Sra. Presidente passou para o 5º item da pauta, convidando o Sr.
81 Enéas Souza Machado, Gerente das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto
82 Ribeira para proceder à apresentação e deliberação do Edital de Seleção de
83 Propostas e Critérios de Hierarquização. Após a apresentação, que está anexa
84 a esta ata, a Sra. Presidente abriu para perguntas, para depois submeter a
85 Resolução à deliberação. O Sr. PEDRO FRANCO da SANEPAR questionou o
86 Sr. Enéas Souza Machado sobre o fato de que os recursos programados
87 deveriam ser gastos no mesmo ano e o que fazer com as situações, como, por
88 exemplo, obras estruturais com processo de licitação, se esse prazo seria
89 extrapolado. O Sr. ENEAS SOUZA MACHADO explicou que o Governo do
90 Estado havia passado uma lei que transferia os recursos dos Fundos Estaduais
91 para o Tesouro e os recursos ficariam indisponíveis para utilização pelo
92 gestores dos fundos no final do ano fiscal. Como o recurso de cobrança faz
93 parte do Fundo Estadual de Recursos Hídricos, havia uma dúvida se esse
94 recurso sofreria contingenciamento por parte do Governo do Estado e que o
95 AGUASPARANÁ estava em negociações com a Secretaria de Estado da
96 Fazenda para isso não ocorrer. O SR. EVERTON SOUZA do AGUASPARANÁ
97 relatou que o Secretário de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos,
98 Ricardo Soavinski, estava trabalhando politicamente no sentido de garantir que

99 o recurso da cobrança ficasse à disposição dos Comitês responsáveis por sua
100 arrecadação. O SR. IRAM DE REZENDE do AGUASPARANÁ explicou que
101 uma opção que estava em negociação seria liberar o recurso para cada edital,
102 sendo esse recurso depositado na conta do Comitê. A Sra. Presidente
103 comentou que na última reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos
104 ocorrida no dia 1º de março, ela havia colocado para o Secretário Ricardo
105 Soavinski que, como Presidente do Comitê, não poderia admitir que os
106 recursos arrecadados com a Cobrança fossem usados para outros fins e o
107 Secretário afirmou que a utilização dos recursos da cobrança arrecadados pelo
108 Comitê de acordo com o Plano de Ações aprovado pelo comitê estava
109 garantida. O SR. VALTER FANINI do SENGE/PR perguntou qual era a
110 totalidade de recursos já arrecadados com a cobrança pelo uso da água e qual
111 seria o valor para este primeiro edital e falou que a transferência desse
112 recursos para o tesouro do estado era ilegal e que se houvesse risco de que o
113 Estado viesse a disponibilizar esse valor em outras funções que não estão
114 previstas em lei o AGUASPARANÁ deveria fazer um trabalho político intenso
115 para que isso não ocorresse. Com relação à pergunta sobre os valores o Sr.
116 ENÉAS SOUZA MACHADO do AGUASPARANÁ explicou que haveria uma
117 apresentação em seguida sobre o tema. O Sr. PEDRO FRANCO da SANEPAR
118 perguntou, caso o Edital fosse aprovado, se já estavam definidos os prazos
119 para inscrição e análise dos projetos ao que o Sr. ENÉAS SOUZA MACHADO
120 do AGUASPARANÁ respondeu que esses prazos seriam definidos tão logo
121 fosse definido o agente técnico-financeiro. Não havendo mais questões, a Sra.
122 Presidente submeteu o Edital à votação, comentando que concordava com as
123 prioridades apresentadas pelo AGUASPARANÁ e que seria importante aprovar
124 o Edital para que o processo de aplicação dos recursos da cobrança fosse
125 iniciado. Aprovado o Edital, a Sra. Presidente solicitou à Sra. Olga Polatti do
126 AGUASPARANÁ que procedesse à leitura da Resolução nº 09, que tratava do
127 Edital nº01 de 2016, de seleção de propostas e critérios de hierarquização para
128 aplicação dos recursos de cobrança. A resolução está anexa a esta ata. Após a
129 leitura da resolução a Sra. Presidente abriu para questionamentos. A Sra.
130 MÔNICA ALMEIDA da COPEL sugeriu que se colocasse no artigo 1º e no
131 início da resolução, de qual edital nós estávamos tratando, até porque pode ser
132 que no futuro venha ser feita alguma alteração. Como sugestão, deve-se
133 referenciar que o edital é o nº 1 de 2016. O Sr. SILVIO KRINSKI da OCEPAR
134 perguntou se pelo fato de constar no edital o valor total, os recursos já estariam
135 garantidos, independente de se passar a execução para o ano seguinte. O Sr.
136 ENEAS MACHADO do AGUASPARANÁ comentou que, com a aprovação dos
137 projetos através de uma nova resolução, colocar-se-ia um item dizendo que
138 não necessariamente devem ser executados no mesmo ano. O Sr. EVERTON
139 SOUZA do AGUASPARANÁ explicou que assim que o edital estivesse definido
140 e as propostas aprovadas, seria realizado o bloqueio contábil, orçamentário,
141 financeiro que iria garantir o recurso inclusive para o próximo exercício. O SR.
142 ENEAS MACHADO do AGUASPARANÁ sugeriu outra provável estratégia que
143 seria enviar a Resolução 09 que aprova o edital e aprova R\$5.500.000,00, para
144 a SEFA, para se ter uma salvaguarda, colocando que foi decidido pelo Comitê e
145 que seria enviado ofício pelo Secretário da SEMA explicando o processo.
146 Posteriormente seria encaminhada a resolução com os projetos aprovados. A
147 Sra. Presidente aprovou a proposta de ENEAS MACHADO do

148 AGUASPARANÁ. Em seguida a Sra. Presidente submeteu a Resolução a
149 votação, aprovada por unanimidade, e passou ao 6º item da pauta que tratava
150 da apresentação da Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza sobre
151 suas ações na área de recursos hídricos, convidando o Sr. GUILHERME
152 KARAM para proceder à apresentação, que está anexa a esta ata. Após a
153 apresentação a Sra. Presidente agradeceu o palestrante e abriu para
154 comentários. O Sr. EVERTON SOUZA do AGUASPARANÁ parabenizou o Sr.
155 GUILHERME KARAM pela apresentação, comentou que o caso de Apucarana
156 havia sido muito usado como exemplo para a importância do PSA, perguntou o
157 motivo da sua interrupção e se o Sr. GUILHERME KARAM entendia que um
158 ambiente colegiado fortaleceria muito mais essas iniciativas do que uma
159 questão isolada das prefeituras. O Sr. GUILHERME KARAM, com relação à
160 segunda pergunta, disse acreditar que o ambiente colegiado era a melhor
161 opção, tanto que a maioria dos projetos haviam criado uma unidade gestora,
162 definida muitas vezes por meio de decreto, delegando atribuições para as
163 instituições envolvidas, Quanto à interrupção do PSA em Apucarana, ele
164 explicou que ela aconteceu na época de troca de prefeitos, e não houve
165 interesse político pela nova gestão em dar continuidade ao projeto. O Sr.
166 RENATO ATANÁSIO da Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza
167 complementou dizendo que não havia um arranjo institucional muito bem
168 definido e bem construído, que embora o projeto tivesse todos os marcos
169 legais descritos e aprovados, estava vinculado somente à Prefeitura. Para a
170 implantação do PSA em Piraquara estava sendo criado um arranjo institucional
171 envolvendo várias instituições o que deveria fortalecer e dar perenidade ao
172 projeto. O Sr. PEDRO FRANCO da SANEPAR comentou que a SANEPAR
173 tinha interesse em participar do projeto e o estava analisando por entender que
174 o PSA era um instrumento poderoso. A maior preocupação da empresa era
175 não confundir que o pagamento dos serviços ambientais se resumia ao
176 pagamento do agricultor, que existiam várias etapas para alcançar o sucesso,
177 como monitoramento, avaliação das propriedades, o processo de educação
178 ambiental. Como cada uma dessas etapas exigia recursos para sua execução,
179 a preocupação seria a origem desses recursos uma vez que o Fundo Estadual
180 de Recursos Hídricos tem um recurso especificamente para diagnóstico
181 ambiental da bacia, mas não estavam definidas as fontes de recurso para as
182 demais etapas. O Sr. GUILHERME KARAM explicou que a Fundação Grupo
183 Boticário tentava passar a ideia para os parceiros locais que o projeto de PSA
184 não seja somente um projeto de transferência de renda pura e simples, na qual
185 o proprietário rural recebe o pagamento, mas que deve haver um
186 monitoramento periódico, com idas ao campo para verificar diferenciação entre
187 áreas com maior qualidade ou com maior esforço daquelas com menor
188 qualidade menor esforço e se o proprietário rural vem cumprindo o contrato,
189 com a execução das benfeitorias discriminadas para a conservação de uma
190 determinada área. Caso o contrato não estiver sendo cumprido ele é
191 descontinuado imediatamente. O Sr. GIÁCOMO CLAUSI do Grupo
192 Ambientalista do Rio Iguaçu perguntou se já existia um valor definido a ser
193 pago ao proprietário ao que o Sr. GUILHERME KARAM respondeu que não
194 existia um valor único, que o valor a ser pago era calculado em função do custo
195 de oportunidade da região, pois existiam locais em que a terra tem maior valor.
196 Em função do valor da terra da região é estabelecido um valor de partida que

197 equivale a 25%, sendo utilizadas as tabelas oficiais da SEAB e ANUALPEC e
198 dependendo da qualidade ambiental da propriedade, esse valor pode ser até
199 200%, ou seja, o dobro do custo de oportunidade. O Sr. VALTER FANINI do
200 SENGE/PR comentou que havia restrição de uso nas áreas de mananciais na
201 Região Metropolitana sem compensação econômica ao proprietário e ao
202 município, situação contrária da filosofia do PSA e perguntou ao Sr.
203 GUILHERME KARAM qual era sua opinião e se havia alguma simulação
204 quanto ao que deveria ser pago pela preservação de uma bacia, comentando
205 ainda que o valor arrecadado com a cobrança era insuficiente. O Sr.
206 GUILHERME KARAM concordou com a preocupação do Sr. WALTER FANINI
207 em relação ao ônus do proprietário de uma propriedade rural, comentando que
208 o Projeto OASIS tinha por finalidade minimizar a perda financeira e que havia
209 também o ICMS Ecológico e, com relação à segunda pergunta relatou que
210 haviam simulações feitas para as bacias Piraquara I, Piraquara II e para
211 Miringuava para contratos de cinco anos para que, seja qual fosse a fonte
212 pagadora, ela tivesse conhecimento do valor a ser despendido, e se prontificou
213 a repassar os valores se fosse necessário. A Sra. Presidente agradeceu a
214 presença do Sr. GUILHERME KARAM e do Sr. RENATO ATANÁSIO e
215 convidou o Engenheiro PEDRO FRANCO da SANEPAR para fazer
216 apresentação sobre o andamento das ações da SANEPAR previstas no Plano
217 de Efetivação do Enquadramento. O Sr. PEDRO FRANCO relatou que as
218 metas e prazos estabelecidos quando da aprovação do Enquadramento e do
219 plano de efetivação foram divididos em três grupos, sendo que a meta a ser
220 alcançada pela SANEPAR para remoção de cargas domésticas foi
221 estabelecida em 15% até 2017, o que equivaleria a uma redução de carga de
222 9,8 Ton/DBO/dia. Esta meta foi antecipadamente cumprida em março de 2016.
223 Comentou que havia metas para o setor industrial e para o setor público e
224 solicitou que nas próximas reuniões do Comitê, houvesse apresentações do
225 que havia sido realizado pelos demais setores. A apresentação das ações da
226 SANEPAR está anexa a esta ata. Após a apresentação, a Sra. Presidente abriu
227 para comentários e questionamentos. O Sr. CELSO ARRUDA da Prefeitura de
228 São José dos Pinhais perguntou se existia um plano para a poluição difusa e
229 que, como se estava muito aquém do atingimento da meta de coleta e
230 tratamento do esgoto doméstico, que era de 80%, se a proposta para a
231 questão da poluição difusa era uma meta a médio prazo. O Sr. PEDRO
232 FRANCO comentou que o indicador da SANEPAR para a Região Metropolitana
233 de Curitiba para do que é tratado do coletado, é acima de 98% em todos os
234 municípios e que quando se fala em poluição difusa tem a questão das
235 ocupações irregulares, da destinação inadequada dos resíduos sólidos da
236 lavagem e higienização das vias públicas entre outros e o Comitê das Bacias
237 do Alto Iguaçu e dos Afluentes do Alto Ribeira ainda não havia realizado um
238 plano em relação a esta por causa da sua complexidade. O Sr. CELSO
239 ARRUDA da Prefeitura de São José dos Pinhais também perguntou se havia
240 um trabalho específico da SANEPAR com relação a ligações de esgoto na rede
241 pluvial ao que o Sr. PEDRO FRANCO esclareceu que a SANEPAR não tinha
242 poder de fiscalização com relação a ligações irregulares, que era função da
243 vigilância sanitária do município. A SANEPAR pode realizar vistorias e notificar
244 o município. A Sra. TAMARA SIMONE VAN KAICK da UTFPR perguntou se
245 havia alguma proposta da SANEPAR para tentar minimizar o lançamento dos

246 poluentes emergentes, como hormônios e princípios ativos de remédios, e o Sr.
247 PEDRO FRANCO relatou que existiam estudos dentro da SANEPAR com
248 relação a esse assunto. Comentou que pela complexidade e abrangência deste
249 tema, as atuais normativas da Europa e dos Estados Unidos, ainda não
250 estabeleceram limites claros para a maioria destes parâmetros na água
251 potável. E na publicação da Portaria 2914/11 do Ministério da Saúde o tema foi
252 bastante debatido e deverá ser aprofundado na revisão deste diploma legal.
253 Não havendo mais perguntas, a Sra. Presidente agradeceu o Sr. PEDRO
254 FRANCO pela apresentação e passou ao 8º item de pauta, convidando o Sr.
255 ENÉAS SOUZA MACHADO, Gerente das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do
256 Alto Ribeira para os informes sobre os recursos da cobrança pelo direito de uso
257 dos recursos hídricos. O Sr. ENÉAS SOUZA MACHADO apresentou o volume
258 de recursos arrecadado e o quanto havia sido gasto até o momento. Os slides
259 com os valores encontram-se anexos a essa ata. Não havendo
260 questionamentos, a Sra. Presidente agradeceu ao Sr. ENÉAS SOUZA
261 MACHADO e passou ao próximo item da pauta que tratava de Assuntos Gerais
262 informando que no dia seguinte seria comemorado o Dia Mundial da Água com
263 um evento no Centro de Educação Ambiental dos Mananciais da Serra, em
264 Piraquara, com o lançamento do primeiro Edital da Chamada para o
265 pagamento por serviços ambientais na bacia do Piraquara I, do protocolo de
266 intenção para cooperação técnica e financeira para viabilização de pagamento
267 por serviços ambientais - PSA, da assinatura do Decreto Municipal do grupo
268 gestor de PSA - recursos hídricos de Piraquara, do lançamento do edital de
269 contratação de diagnóstico econômico e socioambiental das bacias
270 hidrográficas dos rios Piraquara II, Miringuava e São Cristóvão, do lançamento
271 de edital para contratação da elaboração do Plano Hidrográfico da Bacia
272 Litorânea, do lançamento do Programa de Conservação de Mananciais e do
273 lançamento do Programa de Educação Ambiental de Revitalização do Alto
274 Iguaçu. Comentou que, como a cada quatro anos o Plano Nacional de
275 Recursos Hídricos deve ser revisto, estava disponível no site do Conselho
276 Nacional de Recursos Hídrico um questionário a ser respondido por quem
277 tivesse interesse em colaborar com a revisão do plano. A Sra. Presidente
278 relatou que havia recebido uma carta da FIEP comentando sobre a lei que
279 prevê a possibilidade do dinheiro de todos os fundos ficarem à disposição do
280 Governo do Estado para executar qualquer tipo de gastos e preocupada com o
281 contingenciamento dos recursos obtidos com a cobrança pelo direito de uso
282 dos recursos hídricos e que a mesma carta havia sido endereçada ao Sr.
283 Eduardo Sciarra, Chefe da Casa Civil e ao Sr. Mauro Costa, Secretário do
284 Estado da Fazenda após a reunião do CERH-PR, assinada pelo presidente da
285 FIEP-PR Sr. Edson Luiz Campagnolo e solicitou que a Sra. OLGA POLATTI
286 procedesse a leitura da mesma, a qual se encontra anexa a esta ata. Após a
287 leitura da carta, a Sra. Presidente comentou que o Secretário do Meio
288 Ambiente e Recursos Hídricos havia se comprometido em fazer o possível para
289 evitar o contingenciamento dos recursos da cobrança e passou a palavra para
290 o representante da FIEP. O Sr. RAFAEL GAVA da FIEP relatou que a carta
291 havia sido escrita pensando no trabalho realizado pelos membros do CERH/PR
292 e do COALIAR, bem como no esforço despendido pelos servidores dos Órgãos
293 do Sistema Ambiental do Estado, sem que muitas vezes não tenha encontrado
294 eco nas instâncias superiores. Sugeriu que o COALIAR fizesse uma moção se

295 posicionando contra a lei, para registrar a posição dos membros do Comitê,
296 sugestão essa que recebeu o apoio da Sra. Presidente e do Sr. VALTER
297 FANINI do SENGE/PR, ficando definido que a moção seria aprovada ad
298 referendum. O Sr. ENEAS SOUZA MACHADO do ÁGUASPARANÁ comentou
299 que seria interessante as associações de classe manifestarem oficialmente a
300 sua preocupação em relação a lei e o Sr. CELSO ARRUDA da Prefeitura de
301 São José dos Pinhais sugeriu que os municípios, através da Associação de
302 Municípios do Paraná, fizesse uma pressão política contra o
303 contingenciamento. O Sr. SERGIO RIBAS da MINEROPAR sugeriu que se
304 encaminhasse uma cópia do Edital para a SEFA e para a Casa Civil e o Sr.
305 ENÉAS SOUZA MACHADO comentou que o Edital seria encaminhado sem
306 demora. O Sr. NICOLÁS LOPARDO da SANEPAR relatou que a SANEPAR
307 havia passado por uma situação semelhante, de devolução de recurso não
308 utilizado ao final do ano e a solução encontrada foi através de convênio de
309 repasse de recurso e perguntou se a mesma medida não poderia ser aplicada,
310 ao que o Sr. ENÉAS SOUZA MACHADO respondeu que iria consultar a área
311 jurídica do AGUASPARANÁ em relação a essa medida. Não havendo mais
312 comentários a Sra. Presidente passou a palavra para a Sra. CLÁUDIA REGINA
313 BOSCARDIM que convidou a todos para participarem de um evento na Praça
314 Zacarias onde estava a primeira torneira de abastecimento público de Curitiba,
315 instalada em 1871 e que em setembro ela faria 145 anos. Não havendo mais
316 nada a ser tratado, a Sra. Presidente agradeceu a presença de todos e deu por
317 finalizada a 16^a Reunião Ordinária do Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e
318 Afluentes do Alto Ribeira, da qual eu OLGA RYDYGIER DE POLATTI, técnica
319 do Instituto das Águas do Paraná, lavrei a presente ata.
320 De Acordo
321 Ingrid Illich Muller
322 Presidente do Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira